

ASPECTOS EDUCATIVOS NA SAÚDE DO TRABALHADOR SERVIDOR PÚBLICO

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-071>

Data de submissão: 05/04/2025

Data de publicação: 05/05/2025

Alcione Batista Leite

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Linha Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: alcionebatistaleite@gmail.com

Sonia Maria Chaves Haracemiv

Doutora em História e Filosofia da Educação pela PUC-SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Linha Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, e do Programa de Pós em Educação Teoria e Prática de Ensino da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: sharacemiv@ufpr.br

Dulce Dirclair Huf Bais

Doutora em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Linha Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: dirclair@gmail.com

RESUMO

A terapia ocupacional na atenção à saúde do trabalhador atua em programas de estratégias inclusivas de prevenção, proteção e recuperação da saúde, abrangendo os aspectos físicos, cognitivos e organizacionais. No Brasil, existem políticas de saúde do trabalhador que abrangem todos os trabalhadores. Contudo, há políticas específicas direcionadas aos trabalhadores do serviço público. O objetivo deste estudo foi mapear pesquisas que abordam processos educativos na saúde do trabalhador, focando os servidores públicos e a atuação de terapeutas ocupacionais como educadores da saúde. Os artigos selecionados foram agrupados em três categorias: servidores públicos que atuam na educação; práticas educativas dos profissionais da saúde do trabalhador; e, pesquisas de matrizes metodológicas educativas fundamentadas na teoria de Paulo Freire. Os estudos apontaram a importância de pesquisas que abordem as práticas educativas na saúde mental, readaptação funcional, comunicação, prevenção de doenças e acidentes de trabalho e promoção da saúde ocupacional.

Palavras-chave: Terapia ocupacional. Servidores públicos. Saúde do trabalhador. Educação.

1 INTRODUÇÃO

Na atual sociedade capitalista globalizada, o trabalho nos mais diversos segmentos apresenta-se de forma fragmentada e alienada. Manter a saúde em boas condições torna-se um desafio para todos os trabalhadores. No Brasil, ao longo das últimas décadas, as políticas públicas vêm avançando nas execuções de ações de saúde do trabalhador e, consequentemente, houve um aumento de pesquisas na área. Porém, no âmbito do serviço público, os estudos publicados ainda são poucos. Segundo Carneiro (2011), essa escassez traz impactos diretos na elaboração e implementação de políticas públicas para essa população de trabalhadores.

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora é regida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como objetivo integrar a saúde do trabalhador ao conjunto das políticas públicas de saúde, considerando a saúde como um direito fundamental e a necessidade de ações que vão além do tratamento de doenças, abrangendo a prevenção, a promoção da saúde e a educação em saúde (Guida; Figueiredo e Hennington, 2020). Essas políticas englobam todos os trabalhadores, independentemente de serem formais ou informais, servidores públicos ou trabalhadores da iniciativa privada.

Além disso, no serviço público federal, a saúde do trabalhador é conduzida pelas políticas de gestão de pessoas, pois, nesse cenário, o papel do Estado não é só de promotor de saúde, mas também de empregador (Carneiro, 2011). A trajetória dessas políticas iniciou-se em 2006, através de um processo de construção coletiva, que possibilitou a elaboração da Política de Atenção à Saúde e Segurança no Serviço Público Federal (PASS) (Brasil, 2017). Posteriormente, para gerenciar a saúde dos servidores, o Governo Federal instituiu, em 2009, o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS). Esse sistema visa a promoção de saúde e a prevenção de riscos, as avaliações médicas e periciais, o registro e o controle de dados e a gestão dos afastamentos. O SIASS é composto por uma rede de unidades distribuídas em diferentes órgãos e entidades do governo. Essas unidades são responsáveis por realizar exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e demissionais, bem como avaliações periciais para verificar a aptidão para o trabalho e para a emissão de laudos, em casos de afastamentos por motivo de saúde.

Conforme Torres e Silva (2022), as Unidades do SIASS não conseguem cumprir o objetivo de garantir o direito à saúde dos servidores, mesmo reconhecendo que a política é uma oportunidade para sanar as omissões históricas no campo da saúde do trabalhador, voltada ao serviço público. Essas unidades deveriam contar com a atuação de equipes multiprofissionais e ações interdisciplinares, incluindo a terapia ocupacional.

A terapia ocupacional na atenção à saúde do trabalhador está respaldada por meio da resolução do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) nº 459, de 20 de novembro de 2015, que dispõe sobre as competências do terapeuta ocupacional em programas de estratégias inclusivas, de prevenção, proteção e recuperação da saúde e de educação em saúde, abrangendo os aspectos físicos, cognitivos e organizacionais (Brasil, 2015).

Diante do exposto, o estudo realizado objetivou responder à seguinte questão: de acordo com a visão da terapia ocupacional, quais processos educativos envolvidos na saúde do trabalhador contribuem na melhoria das condições laborais dos servidores públicos?

Esse estudo abordou os processos educacionais da saúde do trabalhador, focando nos trabalhadores dos serviços públicos. O objetivo geral deste artigo consistiu em mapear pesquisas que abordam essa temática e, para isso, adotou-se o método de revisão de escopo, selecionando publicações voltadas para essa população. A revisão de escopo possibilitou explorar a área de abrangência desse tema e apontar as lacunas existentes, indicando assim caminhos para o delineamento de pesquisas científicas.

2 MÉTODO

Fundamentada nos métodos de revisão do Joanna Briggs Institute (Peters et al., 2015 e 2020), Arksey e O’Malley (2005) e *checklist* para revisões de escopo PRISMA-SCR (Tricco et al., 2018), esta revisão de escopo utilizou o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), visando mapear o estado da arte. As palavras-chave utilizadas foram: educação, servidores públicos, terapia ocupacional e saúde do trabalhador. Todas as palavras-chave foram validadas em instrumentos destinados à recuperação de documentos: Descritores em Ciências da Saúde e *Thesaurus Brasileiro da Educação*. A busca foi realizada selecionando artigos revisados por pares, publicados em todos os períodos que a plataforma disponibiliza. Estudos quantitativos, qualitativos e de métodos mistos foram selecionados para considerar diferentes aspectos de abordagens.

As estratégias de pesquisa foram elaboradas com apoio de uma bibliotecária da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, posteriormente, refinadas por meio de discussão com pares do grupo de pesquisa “Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano”. Foram criadas duas estratégias de busca, sendo artigos nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola; temporalidade de acordo com os períodos disponibilizados nas plataformas; e foram também usados os operadores *booleanos AND* e *OR*, para um rastreamento mais integral. Para tanto, foram definidos dois grupos de descritores, sendo o primeiro: “saúde do trabalhador” *AND* “terapia ocupacional” *OR* “worker health” *AND*

“occupational therapy” OR “salud del trabajador” AND “terapia ocupacional”; e, a segunda: “saúde do trabalhador” AND “educação” OR “worker health” AND “education” OR “salud del trabajador” AND “educación”.

Após a escolha dos descritores, foram definidos os critérios de inclusão e exclusão dos artigos para selecionar a amostra. Na inclusão, foram considerados os artigos com texto completo publicados em todos os anos disponíveis nas bases; publicações em português, inglês ou espanhol; estudos quantitativos, qualitativos, revisões bibliográficas e de métodos mistos. No critério de exclusão, foram descartados os artigos publicados em outro idioma; publicações que não abordam diretamente os objetivos deste estudo; e, resultados duplicados.

A busca dos estudos foi realizada nos meses de junho a agosto de 2023, de forma sincronizada e independente, com a participação de duas revisoras integrantes do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, da linha de pesquisa “Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano” – uma mestranda e uma doutoranda. Após a busca, os artigos e teses encontrados foram analisados por títulos e, em seguida, por resumos. Os resumos selecionados foram lidos na íntegra. Todas as etapas foram discutidas em reuniões semanais com o grupo de pesquisa, quando se buscou avaliar os resultados encontrados para a construção da pesquisa.

Foram encontrados 1.359 artigos, sendo que deste total, 177 foram excluídos porque eram artigos duplicados, 868 foram excluídos após a leitura de título, 247 excluídos após leitura dos resumos e, por fim, 38 após a leitura completa dos artigos selecionados. A amostra final correspondeu a 29 artigos selecionados para a revisão, como apresentado no Quadro 2.

QUADRO 1 - FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS

1359 artigos resultantes da busca	→	177 artigos duplicados removidos
1182 artigos selecionados para a leitura dos títulos	→	868 artigos excluídos pela leitura dos títulos
314 artigos selecionados para a leitura dos resumos	→	247 artigos excluídos pela leitura dos resumos
67 artigos selecionados para a leitura na íntegra	→	38 artigos excluídos após a leitura na íntegra
29 artigos selecionados para revisão		

Fonte: As autoras (2025).

Nesse estudo, a análise de dados foi de natureza qualitativa do tipo interpretativa, sendo que as pesquisadoras foram responsáveis por selecionar, categorizar e analisar os dados para o *corpus* da pesquisa (Creswell, 2014). Como instrumento de organização dos dados foi usado um aplicativo de gerenciamento de pesquisas (*Google Form*), visando sistematizar as informações dos artigos selecionados. O projeto desse estudo, com o Identificador (DOI 10.17605/OSF.IO/RG6TB), foi registrado no Open Science Framework (<https://osf.io/kv9hu/>).

Assim, foi organizado um instrumento para os registros de coleta de dados, objetivando identificar nos artigos selecionados as seguintes informações: codificação do artigo, autor(es), título, periódico, ano de publicação, país, idioma, tipo de estudo, objetivo do estudo, participantes da pesquisa e a atuação do terapeuta ocupacional nas práticas de saúde do trabalhador no serviço público. Foi realizada a identificação e a caracterização de cada artigo selecionado para discussão, cujos resultados estão apresentados no Quadro 02.

QUADRO 02 – IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Artigo, Autor(es), ano, título e país	Caracterização dos artigos
A1 - González-Palacios, Y. L.; Ceballos-Vásquez, P. A.; Rivera-Rojas, F. (2021) Carga mental en profesores y consecuencias en su salud: una revisión integrativa. Chile	Revisão de literatura sobre a carga de trabalho mental percebida pelos professores e sua relação com as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde.
A2 - Murillo, K. D. M.; Guzmán Suárez, O. B.; Moreno-Chaparro, J. (2020) Estrategias de intervención de los factores de riesgo psicosocial de origen laboral: una visión desde terapia ocupacional. Colômbia	Identifica e propõe estratégias de intervenção focadas em fatores psicossociais no nível do trabalho a partir da terapia ocupacional.
A3 - Rodrigues, D. S. (2023) Terapia ocupacional e trabalho: desafios e perspectivas de uma prática emergente durante e após a pandemia da Covid-19. Brasil	Discute as possibilidades de intervenção da terapia ocupacional no campo do trabalho em período pandêmico, bem como aponta os desafios e perspectivas de atuação pós-pandemia.
A4 - Toldrá, R. C. et al. (2010) Facilitadores e barreiras para o retorno ao trabalho: a experiência de trabalhadores atendidos em um centro de referência em saúde do trabalhador. Brasil	Identifica os facilitadores e barreiras para o retorno ao trabalho de trabalhadores com longo período de permanência e sem resolutividade no serviço.
A5 - Geraldi, L. et al. (2022) Competências profissionais para a atenção à saúde do trabalhador. Brasil	Identifica as competências profissionais para atenção à saúde do trabalhador no contexto da atenção primária de saúde
A6 - Amorim, J. S. C. de; Mesas, A. E.; Trelha, C. S. (2018) Fatores associados à ótima capacidade para o trabalho em servidores idosos de uma universidade no sul do Brasil. Brasil	Investiga a associação entre o índice de capacidade para o trabalho e os fatores sociodemográficos, ocupacionais, estilo de vida e saúde em servidores idosos de uma instituição de ensino superior.
A7 - Antonini, F. O.; Heideman, I. T. (2020) Itinerário de Pesquisa de Paulo Freire: contribuições para promover a saúde no trabalho docente. Brasil	Analisa o Itinerário de Pesquisa de Paulo Freire como referencial teórico metodológico e contribuição para promover saúde no trabalho docente.
A8 - Barros, M. E. B.; Muniz, H. P.; Brito, J. M. (2019) A saúde do trabalhador da educação: a experiência de constituição de Cosates como dispositivo de intervenção numa rede municipal de ensino. Brasil.	Vislumbra processos formativos no campo da educação com o objetivo de implantar comissões de saúde do trabalhador.

A9 - Coelho, A. D.; Sá, E. B. (2019) O adoecimento docente e a readaptação funcional dos servidores públicos no município de Juiz de Fora. Brasil	Analisa os rebatimentos das transformações da sociedade capitalista e suas consequências no mundo do trabalho, com foco na saúde do trabalhador docente no município de Juiz de Fora.
A10 - Cunha, D. M.; Alves, W. F. (2015) A educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida – educação, trabalho e saúde em algumas experiências fundadoras. Brasil	Aborda algumas significativas formulações que, articulando trabalho e formação, se desenvolveram na Itália, na França e no Brasil em torno da temática da saúde do trabalhador.
A11 - Abreu, F. S. de; Silva Junior, G. B. (2022) Estudo epidemiológico de servidores afastados por transtornos mentais em uma instituição pública de ensino. Brasil	Investiga as características sociodemográficas, ocupacionais e de morbidade dos servidores afastados por transtornos mentais e comportamentais (TMC).
A12 - Cêa, G. S. dos S. (2009) Trabalho, educação e saúde: evidências e potencialidades de uma experiência. Brasil	Apresenta uma experiência extensionista que articulou os campos do trabalho, da educação e da saúde em uma universidade pública.
A13 - Godinho, M. R. et al. (2019) Apoio social no trabalho: um estudo de coorte com servidores de uma universidade pública. Brasil	Analisa o apoio social no trabalho e os fatores associados dos servidores técnico-administrativos em educação de uma universidade pública.
A14 - Krölls, T. B. et al. (2021) Informação de perícias médicas para subsidiar ações de vigilância e promoção da saúde dos servidores públicos: o caso de uma universidade federal do Brasil. Brasil	Propõe ações de vigilância e promoção da saúde dos servidores de uma universidade pública com base nas informações de perícias médicas registradas.
A15 - Landini, S. R. (2008) Professor, trabalho e saúde: as políticas educacionais, a materialidade histórica e as consequências para a saúde do trabalhador-professor. Brasil	Reflete sobre a investigação acerca das práticas escolares, as quais têm motivado a busca pela compreensão dos processos de constituição da cultura escolar.
A16 - Macedo, D. C. et al. (2020) Implantação de ações de reabilitação funcional em uma instituição federal de ensino superior. Brasil	Apresenta a implantação de ações de reabilitação funcional (RF) em uma instituição federal de ensino superior (Ifes).
A17 - Reis, T. D.; March, C. (2021) Trabalho docente, saúde e gênero: implicações da conjuntura político-econômica na educação superior. Brasil	Discute as relações entre trabalho, saúde e gênero segundo a perspectiva das docentes de uma universidade pública federal.
A18 - Silva, M. G.; Da Tolfo, S. (2022) Processos psicossociais, saúde mental e trabalho em um instituto federal de educação. Brasil	Caracteriza os fatores psicossociais, relacionados ao trabalho, sob a perspectiva de gestores e profissionais de saúde do trabalhador de uma instituição federal de educação.
A19 – Souza, K. R. et al. (2017) A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. Brasil	Analisa a nova organização do trabalho dos professores universitários, estabelecendo uma relação com o panorama de saúde desses trabalhadores.
A20 - Vasconcelos, I.; Lima, R. de (2021) Trabalho e saúde-adoecimento de docentes em universidades públicas. Brasil	Analisa a relação entre trabalho e saúde-adoecimento de docentes de universidades públicas do Rio Grande.

A21 – Souza, A. R. de. et al. (2007) Estresse e ações de educação em saúde: contexto da promoção da saúde mental no trabalho. Brasil	Analisa criticamente as produções científicas indexadas no Lilacs que tratam das ações de educação em saúde na promoção da saúde mental, com ênfase na relação entre estresse e trabalho.
A22 - Casely-Hayford, J. et al. (2022) What Makes Teachers Stay? A Cross-Sectional Exploration of the Individual and Contextual Factors Associated with Teacher Retention in Sweden. Suécia	Identifica fatores individuais e contextuais associados à intenção dos professores Suecos de permanecerem na profissão.
A23 - Rocha, A. M.; Felli, V. E. (2004) A saúde do trabalhador de enfermagem sob a ótica da gerência. Brasil	Analisa as ações gerenciais desenvolvidas pelas enfermeiras, implicadas no processo saúde-doença dos trabalhadores de enfermagem.
A24 - Kelly-Santos, A.; Rozemberg, B. (2005) Comunicação por impressos na saúde do trabalhador: a perspectiva das instâncias públicas. Brasil	Apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou os processos comunicativos mediados por impressos (cartazes, folders, cartilhas) de instâncias públicas atuantes no binômio saúde-trabalho.
A25 - Lucarelli, C.; Boschetto, B. (2011) Psychological Health Risks for Workers in Italy. Itália	Apresenta resultados de uma análise descritiva que indica que uma parcela significativa dos trabalhadores italianos é afetada pelo estresse relacionado ao trabalho.
A26 - Manaf, M. R. et al. (2019) Perceived Symptoms of Depression, Anxiety and Stress amongst Staff in a Malaysian Public University: A Workers Survey. Malásia	Descreve a prevalência de depressão, ansiedade e estresse entre funcionários de uma universidade pública da Malásia e seus fatores associados.
A27 - Martinsson, C. et al. (2016) What Incentives Influence Employers to Engage in Workplace Health Interventions? Suécia	Explora e descreve a perspectiva dos empregadores relativamente aos incentivos que influenciam a sua utilização de intervenções preventivas e promotoras da saúde no local de trabalho.
A28 - Souza, M. de M. T. et al. (2014) Reflexões sobre saúde do trabalhador de instituição de ensino superior. Brasil	Discute sobre a saúde do docente-trabalhador de Instituição de Ensino Superior.
A29 - Moura, D. C. et al. (2018) Demandas psicológicas e controle do processo de trabalho de servidores de uma universidade pública. Brasil	Analisa a demanda psicológica e o controle do trabalho autorreferido pelos Técnicos Administrativos em Educação de uma universidade.

Fonte: As autoras (2025).

Pode-se observar que, quanto à identificação dos artigos selecionados, os estudos foram realizados em seis países, sendo: 23 no Brasil, dois na Suécia, e um artigo de cada um dos seguintes países: Chile, Colômbia, Itália e Malásia, nos anos 2004 e 2005, 2007 e 2008, 2010 e 2011, 2014 e 2015 e 2017 a 2023. O maior número de textos selecionados foi publicado em 2021, com cinco artigos.

As **principais temáticas abordadas** nos 29 artigos analisados foram categorizadas, aqui apresentadas por ordem decrescente de abordagem, sendo que em 27 artigos o tema versou sobre as *condições de trabalho*, 17 abordaram a *carga de trabalho mental*, 14 deles ressaltaram a *promoção da*

saúde no trabalho docente, oito enfatizaram a *configuração do trabalho e inovação tecnológica*, sete discorreram sobre *competências profissionais para atuar na saúde do trabalhador*, cinco trataram sobre *intervenção de terapeutas ocupacionais na saúde do trabalhador* e outros cinco destacaram a *avaliação de capacidade laborativa*.

Na análise quanto às ‘**situações de barreiras**’ a serem superadas apontadas nos artigos, frente às relações de trabalho e saúde, destacaram-se: *suporte organizacional* (19); *condições adequadas de trabalho* (14); *possibilidades de mudanças nas condições de trabalho* (14); *políticas de valorização da classe trabalhadora* (12); *consciência limitada do seu quadro de saúde* (12); *acessibilidade de comunicação* (12); *(re)qualificação profissional* (10); *funcionalidade decorrente do adoecimento* (8); *estrutura biopsicossocial* (8); *apoio da equipe da saúde* (6); *recursos financeiros* (6); *falta de apoio de supervisor/chefe* (5); *capacitação no uso de novas tecnologias* (5); *apoio dos colegas* (4); e, *acessibilidade ambiental/física* (2).

No processo de análise dos artigos foi possível identificar que os autores apontaram ‘**facilitadores**’ nas relações de trabalho e saúde do trabalhador, destacando-se quantitativamente as evidências, como: *promoção de acessibilidade de comunicação* (20); *apoio dos colegas de trabalho* (16); *adaptação das novas funções* (16); *apoio da supervisão/empregador* (15); *considerações dos processos psicossociais* (14); *acessibilidade ambiental/física* (13); *identidade profissional docente* (12); *uso de tecnologia* (12); *equipe de saúde do trabalhador treinada* (10); *flexibilização da jornada de trabalho* (10); e, *apoio da equipe de reinserção funcional para retorno ao trabalho* (9).

Todos os artigos que abordam, direta ou indiretamente, as práticas da saúde do trabalhador estão conectadas às práticas educativas em saúde. Essas práticas foram encontradas nas ações de vigilância, promoção e reabilitação em saúde.

Os participantes mais frequentes encontrados nos estudos foram: docentes, servidores públicos, trabalhadores gerais e profissionais que atuam na área da saúde do trabalhador, sendo que se observam intersecções entre os grupos docentes e servidores públicos.

Após análise dos 29 estudos, seguindo o método Joanna Briggs Institute, Peters et al. (2015); Peters et al., (2020), Arksey e O'Malley (2005) e *checklist* para revisões de escopo PRISMA-SCR (Tricco et al., 2018), os resultados foram agrupados em três categorias apresentadas no Quadro 03.

QUADRO 03 – CATEGORIZAÇÃO DOS ARTIGOS

Categorias	Artigos
1) Servidores públicos que atuam na educação	A1, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12, A13, A14, A15, A16, A17, A18, A19, A20, A21, A22, A23, A24, A25, A26, A27, A29

2) Práticas educativas dos profissionais na saúde do trabalhador	A2, A3, A4, A12, A23, A25, A28
3) Pesquisas de matrizes metodológicas educacionais fundamentadas na teoria de Paulo Freire	A7, A8, A11, A12, A16 e A19

Fonte: As autoras (2025).

Essa pesquisa se propôs a conhecer o estado da arte, quanto aos processos educativos envolvidos na saúde do trabalhador, com foco nos servidores públicos, na visão da terapia ocupacional, tendo a educação em saúde como elemento fundamental à promoção da saúde e à prevenção de doenças. Esse foco de ação significa intervir antes que os trabalhadores adoecam e que tenham mais saúde e vice-versa. Neste estudo, a ligação estabelecida entre saúde e educação, utilizada para tensionar reflexões sobre a saúde do trabalhador, buscando compreender o desenvolvimento humano dos trabalhadores, em relação a saúde e trabalho, considerou três categorias como elementos de discussão, conforme apresentadas a seguir.

2.1 1ª CATEGORIA: SERVIDORES PÚBLICOS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO

A categoria *servidores públicos que atuam na educação* foi subdividida em trabalhadores docentes do magistério superior e trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988, o servidor público é aquele que apresenta vínculo de trabalho profissional com os órgãos e entidades governamentais; desta forma, o público-alvo dos serviços públicos são os cidadãos. Nas instituições públicas de ensino superior, o foco é promover e assegurar uma educação pública, gratuita e de qualidade. Nesse contexto, todos os servidores (técnico-administrativo em educação e docente do magistério superior) são fundamentais nas relações de trabalho dessas instituições.

A profissão docente é, sem dúvida, uma das mais nobres profissões de todos os tempos – como dito ser ‘a profissão que forma todas as outras profissões’. Muitas vezes, o olhar cultural sobre a profissão de docente vem com características romantizadas, afirmando-se que é necessário ter uma “vocação” para exercê-la. Assim, legitima-se a desvalorização das condições de ser educador, ou seja, por “vocação” para esse ofício as condições de trabalho desse profissional, muitas vezes, são deixadas em segundo plano, comprometendo a saúde e a qualidade de vida desse protagonista que também faz parte desse imaginário e acredita que deve suportar todas as situações adversas, pois assumiu a missão de ser docente.

A questão da vocação para o trabalho, conforme discutida por Marx Weber (2006), na análise de Oliveira (2022), atribui à autorrealização moral um lugar central, com a supervalorização do

cumprimento do dever no âmbito das profissões. Nesse sentido, o trabalho apresenta características racionalizadas, sendo um dever exercê-lo com excelência. O docente do magistério superior federal, em grande parte, encontrou para si um ofício altamente racionalizado, a ser exercido com grande dedicação e aperfeiçoamento. Contudo, vive do alto rendimento produzido pelo sistema capitalista da produção acadêmica acelerada que, muitas vezes, resulta na ‘não permissão’ de estar/ficar doente. No estudo de Vasconcelos e Lima (2021), é analisado o processo de saúde-adoecimento dos docentes do magistério superior federal, no qual é dito que os docentes dão continuidade às atividades acadêmicas mesmo com a saúde fragilizada, ainda que isso não seja exigência da instituição.

Freire (1991, p. 58) apresenta possibilidades aos docentes, no sentido de refletir sobre esse tema de forma realista, visto que “(...) ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática”. Assim, é possível desmistificar a docência limitada à vocação, pois é necessária a formação permanente para exercê-la com competência, saúde e bem-estar, voltada à educação dialógica, empática, inclusiva, equitativa e de qualidade.

Byung Chul Han (2015) aponta que a sociedade do século XXI deixou de ser a sociedade disciplinar, marcada pela obediência, e tornou-se uma sociedade de desempenho. Essa mudança de paradigma direciona para a permanência das condutas que já habitam naturalmente o inconsciente da sociedade ocidental, onde predomina o desejo de maximizar a produção. Essa maximização também se faz presente na educação. Aqui podemos citar o exemplo da CAPES – agência de fomento que promove um excelente serviço para o desenvolvimento e qualidade dos programas de pós-graduação no Brasil – que, como órgão de avaliação, promove o controle, mobilizado pela ótica capitalista, estabelecendo formas de valorização por produtividade. A ótica capitalista estabelecida, muitas vezes, resulta na competitividade insana, na inflexibilidade das demandas locais, na falta de criatividade e no adoecimento da comunidade acadêmica.

Os professores contam com as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que estabelecem os direitos e responsabilidades dos professores e os padrões internacionais para a sua formação inicial e continuada, recrutamento, emprego e condições de ensino-aprendizagem. Na Conferência Geral da UNESCO de 1997, foram estabelecidas as condições específicas para o docente do ensino superior. Esse documento orienta a promoção de segurança social, cuidados médicos, compensação por doença e invalidez, salários, carga horária, benefícios da segurança social, saúde e ambiente seguro. Porém,

um dos assuntos emergentes que ainda não é contemplado refere-se à questão de gênero, pois continua sendo um desafio, especialmente em relação a discriminação contra as professoras.

As questões sobre as relações entre saúde, trabalho e gênero no modelo neoliberal foram abordadas nos estudos de Reis e March (2021). Há relato de uma participante (docente) que aponta descrédito em suas pesquisas científicas na comunidade acadêmica interna, alegando que o fato de ser mulher e estar em curso majoritariamente feminino traz discriminação que afeta sua saúde. Por isso, é importante também a concepção de educação como um ato político de necessária conscientização.

O trabalhador técnico-administrativo em educação, assim como o docente, também ingressa em seus cargos por meio do concurso público, com base na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Os requisitos são abrangentes, permitindo várias escolaridades e profissões, desde o nível alfabetizado ao nível superior, classificados em grupos: A, B, C, D e E. Apesar dos técnicos-administrativos terem o mesmo contrato estatal regido pela Lei nº 8.112/1990, existem muitas diferenças entre a natureza e os planos de carreira desses profissionais e dos docentes. Na nossa percepção, a mais evidente consiste no exercício de funções com aspectos formais e codificados, pelo grupo de trabalhadores técnicos, na maior parte dos cargos. Essas funções detêm características racionalizadas que, geralmente, estão previstas no seu desenvolvimento laboral (Supiot, 1995).

As principais divergências entre as carreiras “referem-se à jornada de trabalho semanal, controle de frequência, flexibilidade para alteração da jornada de trabalho, férias, requisitos de ingresso, desenvolvimento na carreira, interstício mínimo para progressão, amplitude temporal”, entre outros (Barros; Souza, 2022, p. 50). Sendo assim, os níveis de demanda e de controle sobre o trabalho do técnico são mais racionalizados, podendo levar ao estresse psicossocial no trabalho, ao sofrimento e ao adoecimento (Moura, et al., 2018).

A atuação do docente se diferencia pela atuação por meio da interação social, a depender da subjetividade do seu público e contexto – alunos, gestão, família, comunidade, entre outros –, para desenvolver o seu trabalho (Supiot, 1995).

González, Ceballos-Vásquez e Rivera-Rojas (2021), através de uma revisão sistemática, reforçam que é preciso ter mais estudos sobre a saúde mental dos docentes. O estudo realizado pelas autoras evidencia que as condições do trabalho docente representam riscos à saúde dos próprios professores, uma vez que, a depender de algumas características da identidade desse profissional, as circunstâncias laborais podem afetar a capacidade de enfrentamento pessoal.

Essa questão chama atenção porque, nessa perspectiva, a identidade de ser docente e ser técnico-administrativo em educação se diferenciam de forma importante, e essas diferenças impactam as formas de organizar políticas públicas para ambos os grupos. Para Barros e Souza (2022), estudos

que visam compreender os planos de carreira dos docentes em comparação aos técnico-administrativos em educação são promissores, uma vez que, apesar das divergências, os dois grupos são o capital humano que certifica o funcionamento das instituições de ensino.

Frente às políticas de saúde, os trabalhadores dos dois grupos estão respaldados pelo Decreto Federal nº 6.833/2019, que institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor (CGASS). Esse Decreto tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal estabelecida pelo Governo, incluindo ações de educação em saúde (Brasil, 2019).

O artigo de Krölls, Presser e Sánchez-Tarragó (2021) contempla um levantamento dos registros dos dados de licenças e afastamentos vindos das perícias médicas do Sistema Internacional de Assistência a Saúde do Servidor (SIASS). Os autores salientam que, nem sempre, esses dados são usados. No entanto, através da utilização desses dados seria possível nortear ações específicas de assistência à saúde e implementar a elaboração de políticas públicas de vigilância e prevenção de doenças relacionadas ou não ao trabalho dos servidores, além de articular políticas de promoção da saúde, abrangendo os níveis primário, secundário e terciário da saúde.

2.2 2^a CATEGORIA: PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO TRABALHADOR

A atuação na área da saúde do trabalhador mostra-se, muitas vezes, como um verdadeiro desafio, seja no âmbito privado ou no serviço público, pois as legislações vigentes, nem sempre, surgem de forma elucidativa, considerando que cada contexto traz particularidades únicas, nos quais os profissionais envolvidos devem buscar o respaldo das evidências científicas para validar suas práticas.

Macêdo et al. (2020) ressaltam que as ações para as práticas na saúde do trabalhador devem ser debatidas por equipes multi e interdisciplinares, com base na literatura. Essas autoras apresentaram a implantação de ações de um serviço de reinserção funcional em uma instituição federal de ensino superior, chamando a atenção para as diferenças de atuação desse serviço em relação aos demais procedimentos na atenção à saúde do trabalhador. Elas apontam que a natureza do serviço de reinserção, nesse programa, não seguiu uma abordagem assistencial, salientando que esse serviço atua como mediador entre os cuidados de saúde e as exigências do contexto laboral, envolvendo,

necessariamente, procedimentos no local de trabalho. As análises vão ao encontro do estudo em que as práticas de atuação de equipe buscam reinserir os servidores em uma ação inter e transdisciplinar, por meio da mediação entre o servidor adoecido, a chefia e gestores. A equipe desse serviço é constituída por enfermeiros do trabalho, assistentes sociais, psicólogos, médicos e terapeutas ocupacionais. Parte das atividades desenvolvidas pela equipe, em suas ações práticas, visa a (re)educação voltada para o retorno do profissional ao trabalho.

Simonelli e Camarotto (2011), em seus estudos sobre inclusão para o trabalho, afirma que “se o contexto não for considerado e adequado, não é possível a inclusão”, ou seja, os autores frisam que é essencial que os profissionais que atuam na área da saúde do trabalhador observem os facilitadores, as barreiras e, principalmente, as potencialidades do trabalhador.

Na abordagem referente ao retorno ao trabalho, o estudo de Toldrá et al. (2010) apresentou, como ferramenta de estudo, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) aplicada em trabalhadores atendidos em um centro de referência em saúde do trabalhador. Conforme as autoras, o retorno ao trabalho envolve uma rede de acompanhamento composta por vários atores, sendo que:

Na perspectiva de cuidar e resguardar a saúde do trabalhador, em casos de adoecimento e de retorno ao trabalho, deve-se considerar a compatibilidade das tarefas a serem realizadas e as restrições do trabalho às condições clínicas. Na prática, isso implica em: estabelecimento de tarefas de acordo com a capacidade do trabalhador; adequação do ambiente de trabalho e da organização do trabalho; envolvimento efetivo das empresas (através da equipe de saúde e segurança no trabalho e dos recursos humanos); informação, orientação e apoio das chefias e dos colegas a respeito das restrições do trabalhador e o acompanhamento na realização das tarefas. Vale dizer que o retorno a mesma situação de trabalho ou os casos de mudanças de função sem o respaldo de uma adequada política de readaptação podem levar à piora da sintomatologia e a novos afastamentos (Toldrá et al., 2010, p. 20).

No estudo de Murillo, Suárez e Moreno-Chaparro (2020), foi abordada a intervenção educativa assistencial para o retorno ao trabalho promovida por profissionais da saúde, ressaltando que a promoção da saúde se evidencia, em grande medida, a partir de ocupações significativas, envolvendo a promoção de atividades educativas, esportivas, recreativas e culturais. As propostas de estratégias de intervenção foram focadas em fatores psicossociais relacionados ao trabalho, a partir da visão da terapia ocupacional, permitindo, assim, uma intervenção integral, com trabalho em equipe, valorizando a ocupação e o bem-estar na tarefa do trabalho.

A terapia ocupacional também foi foco do estudo de Rodrigues (2023) em seu artigo intitulado “*Terapia ocupacional e trabalho: desafios e perspectivas de uma prática emergente durante e após a pandemia da Covid-19*”. A autora estudou o período pandêmico da COVID-19 e apresentou a importância de organizar ações de educação continuada, contemplando cursos para o enfrentamento

de situações adversas no local de trabalho.

Conforme Radomski e Latham (2008, p. 383) ressaltam, em um ambiente de reabilitação, a aprendizagem é um mecanismo terapêutico primário, pois fundamenta as intervenções da terapia ocupacional e ensina as pessoas a utilizarem as adaptações, assim como novas maneiras de se movimentar e uma variedade de habilidades e estratégias compensatórias para obterem autonomia nas suas ocupações. As autoras compararam essas atuações do terapeuta ocupacional às práticas do professor-educador, pois afirmam que:

[...] Como professores, os terapeutas devem determinar se e quando a aprendizagem ocorreu. Por exemplo, após uma sessão de 30 minutos para vestir-se, um paciente que sofreu uma cirurgia de substituição total do joelho é capaz de vestir suas calças, meias e sapatos. A partir de uma perspectiva tradicional de aprendizagem, o desempenho do paciente no fim da sessão reflete até onde ele aprendeu a habilidade ou a estratégia desejada.

É importante salientar que essas práticas são denominadas práticas de educação em saúde, realizadas por profissionais de saúde, conforme suas especificidades e área de atenção. A educação em saúde, como atribuição compartilhada entre os profissionais da saúde e da educação, uma vez que carece da participação de pedagogos no planejamento dos objetivos, das metodologias e dos recursos educacionais mais efetivos para o desenvolvimento das ações educativas, foi observada em seis dos 29 artigos analisados (A2, A3, A4, A7, A12, A23, A25), conforme apresentados, anteriormente, no Quadro 2.

2.3 3^a CATEGORIA: PESQUISAS DE MATRIZES METODOLÓGICAS EDUCACIONAIS FUNDAMENTADAS NA TEORIA DE PAULO FREIRE

A pedagogia libertadora das matrizes metodológicas educacionais fundamentadas na teoria de Paulo Freire foi abordada em cinco artigos, sendo A7, A8, A12, A16 e A19, apresentados no Quadro 2 desta revisão de escopo.

No estudo de Antonini e Heideman (2020), o referencial teórico-metodológico de Paulo Freire vem sendo referenciado por profissionais de saúde através das estratégias pedagógicas das ‘Rodas de Conversas’ e ‘Círculo de Diálogos’, destacando as práticas voltadas à promoção da saúde do trabalhador. O método dialógico é desenvolvido num processo de ‘pesquisa-ação participante’, no qual as ideias de educação para liberdade e transformação dos indivíduos favorecem a emancipação humana, política e social de coletivos. Os resultados obtidos com o referido método foram a promoção da saúde dos docentes, a cooperação para autoconhecimento e reflexões. As mudanças foram significativas no contexto laboral, além de indicarem novas ações, a serem elaboradas a partir das discussões e reflexões do grupo.

As ações desenvolvidas no estudo de Barros, Muniz e Brito (2019) descrevem a experiência de construir um processo de implementação de política pública de modo participativo na cidade de Serra/ES. Uma pesquisa-intervenção cuja metodologia foi desenvolvida com a estratégia ‘Rodas de Conversas’. Nessa modalidade, os autores relatam que não existe uma realidade pronta a ser pesquisada, ou seja, o campo de estudo surge do fenômeno a ser estudado. Assim, compreendem o que se vive, a fim de propor transformações nos contextos. Os resultados indicaram que a estratégia apresenta grande potencial para intervir nas condições adversas de trabalho nas escolas, visto que inicia no diálogo entre os docentes (que sabem das dificuldades enfrentadas no dia a dia) e a equipe de saúde do trabalhador do município, com a mediação de um núcleo de pesquisas de uma Instituição Pública de Ensino Superior. Essa experiência permitiu maior visibilidade aos enfrentamentos e às resistências encontradas no cotidiano do trabalho. Sendo assim, os estudos A7 e A8 mostram que a proposta da educação libertadora, fundamentada na pedagogia de Paulo Freire, vai além dos muros da escola, tendo os pesquisadores um olhar investigativo na atenção à saúde do trabalhador, como grandes mediadores para transformar seus contextos através de práticas educativas.

Gamarra (2006) discute as relações entre a educação libertadora, o conceito de *habitus* e a saúde do trabalhador. Para isso, parte da premissa de que a noção de educação ultrapassa a ideia de treinamento e permite construir um processo de pesquisa-ação científica de modo participativo.

Os espaços de escuta, debates e reuniões coletivas são recursos importantes na atenção à saúde do trabalhador, pois promovem melhorias nas relações interpessoais e no ambiente social de trabalho (Koabayashi; Alencar; Simonelli, 2022).

No artigo de Reis e March (2017), os autores apresentam uma revisão de estudos, envolvendo trabalhadores docentes do ensino superior das universidades públicas brasileiras. Os seus resultados apontaram a necessidade de propor espaços de apoio aos docentes. Esses apontamentos condizem com as propostas já referenciadas nos artigos anteriores, sustentados na Pedagogia Libertadora de Paulo Freire.

O legado do patrono da educação brasileira é importante para as práticas de intervenções no campo da saúde do trabalhador e podem ser desenvolvidas com respaldo metodológico nas pesquisas que abordem educação, saúde e trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto inicial deste estudo se deu através da seguinte questão: de acordo com a visão da terapia ocupacional, quais processos educativos envolvidos na saúde do trabalhador poderiam auxiliar na melhoria das condições laborais dos servidores públicos?

Objetivando encontrar a resposta à questão geradora, foi feita uma revisão sistemática de literatura com busca na base dos periódicos da CAPES, na qual foram selecionados 29 artigos para análise. Os resultados foram agrupados e analisados em três categorias: 1) servidores públicos que atuam na educação; 2) práticas educativas dos profissionais da saúde do trabalhador; e, 3) pesquisas de matrizes metodológicas educativas, fundamentadas na teoria de Paulo Freire.

A categoria *servidores públicos que atuam na educação* foi subdividida em: trabalhadores docentes do magistério superior e trabalhadores técnico-administrativos em educação, uma vez que a identidade desses profissionais se diferencia de forma importante, impactando na saúde e nas formas de organizar políticas públicas para ambos os grupos. Os estudos apontaram a importância de pesquisas que se dediquem a essa população, focando a saúde mental, readaptação funcional às condições de saúde, ampliação do fluxo comunicativo, a importância da prevenção de doenças e acidentes de trabalho e promoção da saúde ocupacional.

Na categoria 2, *práticas educativas dos profissionais da saúde do trabalhador*, ficou evidenciada a ênfase ao debate das ações para as práticas de saúde do trabalhador, relativas à reinserção e à inclusão dos trabalhadores, por equipes multi e interdisciplinares. A cada prática, a educação em saúde surgiu como parte imprescindível dos profissionais que atuam na área da saúde ao trabalhador, compartilhada entre os profissionais da saúde e da educação, com destaque especial ao papel do pedagogo.

A categoria 3, *pesquisas de matrizes metodológicas educacionais fundamentadas na teoria de Paulo Freire*, indica que a educação libertadora e dialógica constitui um referencial teórico-metodológico promissor para as práticas de atenção à saúde do trabalhador, com destaque para as ‘Rodas de Conversas’ e ‘Círculo de Diálogo’, uma vez que permitem construir um processo de pesquisa científica de modo participativo.

Desse modo, pesquisas voltadas à saúde mental, o acompanhamento à readaptação funcional, o zelo ao processo comunicativo, o desenvolvimento de ações promotoras de saúde e preventivas a agravos e doenças, bem como, a educação em saúde, voltada à educação libertadora e dialógica constituem as práticas mais efetivas na atenção à saúde do trabalhador.

Nota de Agradecimento

A escrita inicial deste artigo foi realizada sob a orientação do Prof. Dr. Milton Carlos Mariotti (in memorian), a quem prestamos o nosso agradecimento e dirigimos o nosso sentimento de saudade, cujos ensinamentos permanecem em nós. O legado do Prof. Milton está eternizado na história da terapia ocupacional brasileira, no desenvolvimento da profissão no Paraná e na criação e consolidação

do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná. Pela pessoa e profissional que foi(é), ele formou ao seu redor um contingente inumerável de terapeutas ocupacionais e demais profissionais da saúde e da educação que, durante a sua formação inicial e permanente, foram inspirados pelas aquarelas do Prof. Milton, com enfoque terapêutico, e pela presença do humano na atenção em saúde mental e ocupacional e na educação em saúde.

REFERÊNCIAS

ABREU, Francileudo Santos de; SILVA JUNIOR, Geraldo Bezerra da. Estudo epidemiológico dos servidores afastados por transtornos mentais em uma instituição pública de educação. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Fortaleza, [S. l.], v. 35, p. 11-11, 2022. DOI: 10.5020/18061230.2022.12031. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/12031>. Acesso em: 12 ago. 2023.

AMORIM, Juleimar Soares Coelho de; MESAS, Arthur Eumann; TRELHA, Celita Salmaso. Fatores associados à ótima capacidade para o trabalho em servidores idosos de uma universidade no Sul do Brasil. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 43, e15, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsocientifica/v43n15/a87zrBstYGv3YQwpFwGVR4CS/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2023.

ANTONINI, Fabiano Oliveira; HEIDEMAN, Ivonete Teresinha Schülter Buss. Itinerário de pesquisa de Paulo Freire: contribuições para promover a saúde no trabalho docente. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 73, n. 4, p. 1-7, 1 jun. 2020. Disponível em: https://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672020000400168. Acesso em: 10 nov. 2023.

ARKSEY, Hilary; O'MALLEY, Lisa. Scoping studies: towards a methodological framework. International Journal of Social Research Methodology. London, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1364557032000119616>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BARROS, Ana Caroline de Souza; SOUZA, Irineu Manoel de. Carreiras dos Docentes e dos Técnico-Administrativos em Educação nas Instituições Federais de Ensino: Uma Perspectiva Comparada. Revista de Administração IMED, v. 12, n. 1, p. 49-76, 2022. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/4459>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; MUNIZ, Helder Pondeus; BRITO, Janaina Madeira. A saúde do trabalhador da educação: a experiência de constituição de Cosates como dispositivo de intervenção numa rede municipal de ensino. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 15-28, jun. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/153412>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 237, 12 dez. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (SEGEPP/MP). Portaria nº 19 de 20 de abril de 2017. Aprova o anexo a esta Portaria, que dá nova redação ao Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, sobre os procedimentos a serem observados quando da aplicação da Perícia Oficial em Saúde, de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais normas aplicadas à matéria. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 78, 25 abr. 2017. Disponível em: <https://legis.sigepe.gov.br/legis/detalhar/13375>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CARNEIRO, Sérgio Antonio Martins. Saúde do servidor: uma questão para a gestão de pessoas – a experiência na Prefeitura de São Paulo. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 4, 2011, Brasília. Anais [...]. Brasília, Consad, 2011, p. 23-49. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/188>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CASELY-HAYFORD, Jeffrey. et al. What makes teachers stay? A cross-sectional exploration of the individual and contextual factors associated with teacher retention in Sweden. *Teaching and Teacher Education*. Philadelphia, PA, v. 113, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0742051X2200035X>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. Trabalho, educação e saúde: evidência e potencialidades de uma experiência. *Trabalho & Educação*, v. 18, n. 1, p. 123-134, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8624>. Acesso em: 20 ago. 2023.

COELHO, Alessandra Damasceno Franck; SÁ, Elizangela Barroso Figueiredo de. O adoecimento docente e a readaptação funcional dos servidores públicos no município de Juiz de Fora| Libertas, Juiz de Fora, v. 19, n. 1, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/27784>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO). Resolução nº 459, de 20 novembro de 2015. Dispõe sobre as competências do terapeuta ocupacional na Saúde do Trabalhador, atuando em programas de estratégias inclusivas, de prevenção, proteção e recuperação da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 235, 9 dez.2015. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3220#more-3220>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CRESWELL, John Ward. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUNHA, Daisy Moreira; ALVES, Wanderson Ferreira. A educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida: educação, trabalho e saúde em algumas experiências fundadoras. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador-BA, v. 24, n. 43, p. 37-48, 2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432015000100037&script=sci_abstract. Acesso em: 10 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GAMARRA, Tatiana Pereira das Neves. Educação libertadora, habitus e saúde do trabalhador. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 5, n. 59, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59216>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GERALDI, Luciana et al. Competências profissionais para a atenção à saúde do trabalhador. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 46, p. e071, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/CsdR7DkN7tKzyL4kdC65WRx/>. Acesso em: 05 ago. 2023

GODINHO, Marluce Rodrigues et al. Apoio social no trabalho: um estudo de coorte com servidores de uma universidade pública. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 22, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/t3pnVpNRbNLTMZTrPKWZdRR/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GONZÁLEZ-PALACIOS, Yanni Lonnette; CEBALLOS-VÁSQUEZ, Paula Andrea; RIVERA-ROJAS, Flérida. Carga mental en profesores y consecuencias en su salud: una revisión integrativa. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 29, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/vv7N59KhLSVGpyGRSzCJ/?format=pdf> Acesso em: 15 ago. 2023.

GUIDA, Hilka Flavia Saldanha; FIGUEIREDO, Marcelo Gonçalves; HENNINGTON, Élida Azevedo. Acidentes de trabalho fatais em empresa brasileira de petróleo e gás: análise da política de saúde e segurança dos trabalhadores. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 1819-1828, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jPCtHmTNY4xgTQ6KdRjFcvQ/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

KELLY-SANTOS, Adriana; ROZEMBERG, Brani. Comunicação por impressos na saúde do trabalhador: a perspectiva das instâncias públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 929-938, 2005. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v10n4/a16v10n4.pdf Acesso em: 20 out. 2023.

KOABAYASHI, Catherine Michie Mota; ALENCAR, Maria do Carmo Baracho de; SIMONELLI, Angela Paula. O trabalho em bibliotecas de uma universidade: relato de experiência. *R. Laborativa*, v. 11, n. 2, p. 76-92, out./2022. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>. Acesso em: 20 ago. 2023.

KRÖLLS, Tirze Barbalho; PRESSER, Nadi Helena; TARRAGÓ, Nancy Sánchez. Informação de perícias médicas para subsidiar ações de vigilância e promoção da saúde dos servidores públicos: o caso de uma universidade federal do Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49017>. Acesso em: 20 set. 2023.

LANDINI, Sonia Regina. Professor, trabalho e saúde: as políticas educacionais, a materialidade histórica e as consequências para a saúde do trabalhador-professor. In: *Colloquium Humanarum*. ISSN: 1809-8207. 2007. p. 08-21. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/222>. Acesso em: 20 out. 2023.

LUCARELLI, Carlo; BOSCETTO, Barbara. Psychological health risks for workers in Italy. *Espace populations sociétés. Space populations societies*, n. 2011/1, p. 97-110, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eps/4361>. Acesso em: 20 out. 2023.

MACEDO, Danielle Constância Felício et al. Implantação de ações de reabilitação funcional em uma instituição federal de ensino superior. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 45, p. e6, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsa/a/xDPbXS4CVm4BBgqKK5F36c/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MANAF, Mohd Rizal Abdul et al. Perceived symptoms of depression, anxiety, and stress amongst staff in a malaysian public university: a worker's survey. International journal of environmental research and public health, v. 18, n. 22, p. 11874, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbs0/a/xDJPbXS4CVm4BBgqKK5F36c/> Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/22/11874>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MARTINSSON, Camilla et al. What incentives influence employers to engage in workplace health interventions? BMC Public Health, v. 16, p. 1-12, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12889-016-3534-7>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MOURA, Denise Cristina Alves de et al. Demandas psicológicas e controle do processo de trabalho de servidores de uma universidade pública. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, p. 481-490, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Pg3w69RD7nH4ZwLsLnxcCmd/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MURILLO, Karen Danniela Medina; SUÁREZ, Olga Beatriz Guzmán; MORENO-CHAPARRO, Jaime. Estrategias de intervención de los factores de riesgo psicosocial de origen laboral: una visión desde terapia ocupacional. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 28, p. 436-451, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbro/a/FfdGMgJ4QptZQkMbFzjzLDt/?format=html&lang=es> Acesso em: 20 ago. 23.

OLIVEIRA, Juliano Cordeiro da Costa. A ética protestante e o reencantamento do mundo na sociedade do trabalho: notas a partir de Max Weber. Filosofia Unisinos, v. 23, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fun/a/QRhpDFc8yxGXwsf7qYGWyRS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PETERS, Micah D. J. et al. Methodology for JBI scoping reviews. In: The Joanna Briggs institute reviewers manual 2015. Joanna Briggs Institute, 2015. p. 3-24. Disponível em: https://journals.lww.com/jbisrir/Fulltext/2022/04000/Best_practice_guidance_and_reporting_items_for_the.3.aspx?context=FeaturedArticles&collectionId=5. Acesso em: 20 ago. 2023.

PETERS, Micah D. J. et al. Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. JBI evidence synthesis, v. 18, n. 10, p. 2119-2126, 2020. Disponível em: https://journals.lww.com/ijebh/abstract/2021/03000/updated_methodological_guidance_for_the_conduct_of.2.aspx. Acesso em: 20 ago. 23.

RADOMSKI, Mary Vining; LATHAM, Catherine A. Trombly (Ed.). Terapia ocupacional para disfunções físicas. Lippincott Williams e Wilkins, 2008.

REIS, Thiele Duarte; MARCH, Claudia. Trabalho docente, saúde e gênero: implicações da conjuntura político-econômica na educação superior. Revista Katálysis, v. 24, p. 310-320, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/BwGzGTbHHjwQFDRBKSmFdfv/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2023.

ROCHA, Adelaide de Mattia; FELLI, Vanda Elisa Andrés. A saúde do trabalhador de enfermagem sob a ótica da gerência. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 57, p. 453-458, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/HmMLdmVrDx3tkHChwB3S4RC/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2023.

RODRIGUES, Daniela da Silva. Terapia ocupacional e trabalho: desafios e perspectivas de uma prática emergente durante e após a pandemia da Covid-19. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 31, p. e3337, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/VdHnMrx7LKxNh9CBG9nRcpz/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SEMINÁRIO NACIONAL DE DIVERSIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO: SAÚDE, SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, 1, 2019, Brasília, DF. Documento Guia do I Seminário Nacional de Diversidade no Serviço Público: Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho. Brasília, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG). Disponível em: https://www.gov.br/servidor/pt-br/siass/centrais_conteudo/manuais/guia-seminario-nacional-diversidade-no-servico-publico.pdf/view. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, Milena Garcia da; TOLFO, Suzana da Rosa. Processos psicossociais, saúde mental e trabalho em um instituto federal de educação. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 47, p. e13, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsa/a/6RmYJyXghD4xfdfN3dsc7C/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SIMONELLI, Angela Paula; CAMAROTTO, João Alberto. Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. *Gestão & Produção*, v. 18, p. 13-26, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/3R3mBKZCNhbRvKB88GXFGBf/20>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SOUZA, Adriano Rodrigues de et al. Estresse e ações de educação em saúde: contexto da promoção da saúde mental no trabalho. *Rev Rene*, v. 8, n. 2, p. 26-34, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3240/324027958004.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SOUZA, Katia Reis et al. A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 3667-3676, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/xjgJxyZmM4S9tnjjCF6sBSP/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SOUZA, Marilei de Melo Tavares et al. de. Reflexões sobre saúde do trabalhador de instituição de ensino superior. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, v. 6, n. 2, p. 805-811, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750622041.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SUPIOT, Alain. Capítulo Preliminar: entre o contrato e o estatuto. In: SUPIOT, A. Crítica ao Direito do Trabalho. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2016. pp. 15-59

TOLDRÁ, Rosé Colom et al. Facilitadores e barreiras para o retorno ao trabalho: a experiência de trabalhadores atendidos em um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador-SP, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 35, p. 10-22, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsa/a/8K6FM6rGjcXRzG9JYDjZvnx/?format=html> Acesso em: 20 ago. 2023.

TORRES, Gustavo Caetano; SILVA, Carlos Sérgio da. O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) na perspectiva de servidores públicos de Instituições Federais de Ensino Superior. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 47, p. e6, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsa/a/JLS9f594rfqK5TWCZfGtq4h/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

TRICCO, Andrea C. et al. PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of internal medicine*, v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30178033/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

VASCONCELOS, Iana; LIMA, Rita De Lourdes de. Trabalho e saúde-adoecimento de docentes em universidades públicas. *Revista Katálysis*, v. 24, p. 364-374, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gPZCCBpkHMbpbnMQ3bD9GPp/>. Acesso em: 20 ago. 23.

WEBER, Max. Consideração Intermediária: teoria dos graus e orientações da rejeição religiosa do mundo. In: WEBER, Max. *Sociologia das Religiões*. Lisboa: Relógio D'Água, 2006. (pp. 317-358)